

## GT3 - Ensino, pesquisa e extensão

### Algumas reflexões sobre à indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão nos Cursos de Educação Superior da UFPR Litoral

Produzido por Mayra Taiza Sulzbach

Diomar Augusto de Quadros

Helena Midori Kashiwagi

#### Introdução

Passados 15 anos de Setor Litoral, o convite para discutir *Ensino, Pesquisa e Extensão* – Grupo 3 do Seminário comemorativo ao aniversário do Setor veio acompanhado de cinco questões:

- a) Como o ensino, pesquisa e extensão são compreendidos e impactam na comunidade litorânea e na nossa identidade?
- b) Que modalidades de ensino podemos pensar como viáveis e coerentes com nossa função social e concepção de educação?
- c) Como se dá nossa proposta de educação emancipatória e a relação com as lideranças e movimentos sociais?
- d) Quais as possibilidades pedagógicas construídas pelo Setor Litoral que podem nos fortalecer interna e externamente?
- e) Qual o papel dos Cursos que oferecemos para a formação humana, econômica, social?
- f) Quais as propostas do grupo para superação do descompasso/desencontro entre número de cursos de graduação e número de professores, provocando debilidades nas atividades em execução no Setor, associado à fragmentação/desconhecimento da oferta de componentes curriculares por cursos de graduação (FTPs, ICHs, PAs, extensões e pesquisas).” (Plano Estratégico - PES- 2016-2020)?

Questões que se tornaram secundárias quando na primeira reunião do Grupo este foi convidado a refletir também sobre *Identidade*. Tema que seria discutido no Grupo de Trabalho 2, o qual não se efetivou pelo reduzido número de inscritos.

A inclusão do tema no Grupo era desafiadora, afinal os inscritos adentraram ao Grupo para discutir: Ensino, Pesquisa e Extensão. Apesar dos desafios, o tema foi incorporado após ressalvas sobre seus vários sentidos. Múltiplas identidades para o Setor Litoral poderiam ter sido elencadas, mas em decorrência do tamanho e do tema gerador do Grupo, o tema *identidade* foi incorporado na discussão do Grupo.

A *Extensão*, dissociada do *Ensino* e da *Pesquisa*, foi destacada como uma das *identidades* do Setor, por alguns participantes baseados em indicadores de:

- a) Progressão Docente – os docentes se caracterizavam como extensionistas;
- b) Registros de Projetos de Extensão – o número de projetos de extensão superior ao de outros Setores da UFPR;
- c) Atendimento as comunidades (grupos de população que compartilham alguma especificidade no seu modo de vida) e escolas da microrregião do litoral do Paraná e Vale do Ribeira – comunidades extra-acadêmicas atendidas por projetos de extensão de docentes/técnicos do Setor.

O *Ensino* também apareceu como uma *identidade*, porém implícita no propósito do Setor, ou seja, no planejado (ideal) que fundamentava o Projeto Político Pedagógico do Setor, o qual:

- Se concentraria na oferta de cursos de técnicos e de graduação (bacharéis, licenciados e tecnólogos) para a promoção de sujeitos autônomos (formação mais humana) da microrregião do litoral do Paraná e Vale do Ribeira, para a promoção do desenvolvimento regional.

A *identidade Extensão*, que parece ter sido resultado dos 15 anos do Setor Litoral, e *Ensino*, que parece ter ficado no planejamento, na verdade demonstram que o tripé: *Ensino*, *Pesquisa* e *Extensão* não foi foco planejado, tampouco foi realizado.

Para além das críticas do desvio dos resultados ser atribuída a estrutura organizacional da UFPR (Pró Reitorias representativas de cada nó do Tripé independentes - autonomia), a *Pesquisa* não esteve presente no debate sobre *identidade* do Setor.

As duas esferas identificadas como identidades estavam alicerçadas em metodologias distintas. O positivismo parecia fundamentar uma identidade extensionista sem questionar o normativo que fundamentaria o projeto de uma identidade idealizada. O que teria levado o Setor a se caracterizar como extensionista não foi objeto de reflexão do Grupo no primeiro dia de discussão, apesar das pistas. Igualmente não se avançou nas discussões dos por quês do Ensino não ter se efetivado como identidade, talvez pela indução das perguntas norteadoras ou ainda pelas fragilidades decorrentes do momento pandêmico do Covid-19 vivenciado por todos: o *Ensino* remoto com baixa adesão dos estudantes, a baixa demanda pelos Cursos do Setor explicitada pelo número de inscritos no vestibular, o reduzido número de professores por Curso, entre outros.

O debate que ressaltou dois nós, do que seria um tripé, e não elencou o terceiro, ressalta a indissociabilidade entre *Ensino*, *Pesquisa* e *Extensão* pelo Setor, ao mesmo tempo em que apela a memória dos que vivenciam o Setor desde sua instalação. Nos

anos iniciais a direção do Setor ficou a cargo de um dos seus idealizadores junto a UFPR, assim, o conduzia no sentido de promover o *Ensino* a partir de um projeto político pedagógico diferenciado dos demais setores da UFPR, que aparece a busca do conhecimento pelo discente, para tal a pós-graduação *stricto sensu*, espaço na estrutura organizacional da UFPR destinado fomentar a *Pesquisa* era negado. Somente após nove anos de existência do Setor Litoral foi criado o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS). A *Extensão* também não fazia parte da proposta pedagógica do Setor, apesar do termo ter sido contemplado no PPP (2008). Salienta-se que o PPP foi escrito quando o Setor já caminhava para seu quarto ano de existência. A *Extensão*, nos moldes da PROEC, teve início no Setor movida pela aprovação de projetos submetidos por docentes em busca de apoio financeiro à Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, vinculada ao Governo do Estado do Paraná– SETI/PR e ao Ministério da Educação – ProExt. Momento em que, tanto o governo federal e do estado do Paraná (o mesmo que havia apoiado a implantação do Setor Litoral), desenvolveram políticas voltadas à redução da pobreza em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM, por meio de ações extensionistas de instituições de ensino superior.

Acredita-se que esta memória apoie na compreensão da origem da “identidade extensionista” que pareça ter assumido o Setor. Uma “identidade”, que se originaria sem ser projetada ou planejada, a mesma que busca se respaldar em indicadores, os quais podem ser contestados:

- a) Progressão Docente – Conforme Art. 57 da LDB os docentes de instituições públicas são obrigados ao mínimo de oito horas semanais de aula (*Ensino*), e devendo as demais horas estarem vinculadas a atividades administrativas ou com *Extensão* ou *Pesquisa*, a fim de progressão funcional, conforme normativas internas da UFPR. Certamente, a progressão docente do Setor esteve respaldada na extensão, afinal, a pós-graduação e a pesquisa iniciaram só recentemente no Setor Litoral;
- b) Registros de Projetos de Extensão – A UFPR com 15 Setores conta com 91 programas de pós-graduação *stricto sensu* e 66 programas de pós-graduação *latu sensu*: uma média de 6 e 4,4 programas por Setor, respectivamente. O Setor, em abril de 2021, conta com dois programas *stricto sensu*: PPGDTS (primeira turma 2014) e PROCIAMB (primeira turma 2016) com 16 e 18 docentes lotados no Setor respectivamente, e dois programas *latu sensu*: Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar (primeira turma 2008) e Alternativa para uma Nova

Educação (terceira turma), com 21 e nove docentes lotados no Setor, respectivamente. Para além dos Programas, 40 docentes do Setor orientam pesquisas de graduação pelo Programa de Iniciação a Pesquisa (IC). Destaca-se que pelo menos seis docentes são professores em mais de um programa de pós-graduação no Setor, pelo menos 35 docentes dos programas de pós-graduação orientam IC e muitos docentes atuam em programas de pós-graduação em outros Setores da UFPR e até outras instituições. Por meio destes comprova-se que mais da metade, 63 dos 121 docentes lotados no Setor, se dedicam à Pesquisa. É muito provável alguns destes docentes também se dediquem à Extensão, mas o inverso não é verdadeiro. A partir da dedicação dos docentes, é possível afirmar que a *identidade* do Setor não é extensionista, podendo já ter sido.

- d) Atendimento as comunidades (grupos de população que compartilham alguma especificidade no seu modo de vida) e escolas da microrregião do litoral do Paraná e Vale do Ribeira – Dos 14 cursos do Setor seis são de licenciatura (Artes, Ciências, Educação do Campo, Educação Física, Geografia e Linguagem e Comunicação), o que justifica a aproximação destes com as fases anteriores da Educação, que ocorrem em escolas. Os demais cursos Bacharelados (Administração Pública, Ciências Ambientais, Gestão e Empreendedorismo, Saúde Coletiva e Serviço Social) e Tecnólogos (Agroecologia, Gestão do Turismo e Gestão Imobiliária) estão voltados a organização da sociedade (possível identidade), o que justifica a aproximação com grupos específicos da população.

### **A identidade do Setor Litoral refletida a partir do papel social da instituição**

Após refutar o olhar unilateral, mesmo sendo concebido por diversos docentes, partiu-se para entender a identidade pelo olhar múltiplo dos seus atores, mesmo sem a participação destes, afinal o conceito de instituição poderia apoiar a investigação. Entende-se por instituições, baseado em Bourdieu (19?), estruturas sociais que se reproduzem no espaço-tempo pela valorização atribuída a ela por determinada população, ou ainda pelo que ela representa naquela sociedade.

Neste sentido, é fundamental avaliar que o Setor Litoral faz parte de um sistema complexo, que abriga missões específicas (autonomia do sujeito e desenvolvimento regional) em uma área territorial específica (Litoral do Paraná e Vale do Ribeira), contudo:

- a) O Setor Litoral é parte da UFPR;

- b) A UFPR é uma empresa jurídica (normativo) que responde a um papel institucional (social) no Brasil, que é ser universidade;
- c) Universidades são:

Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares **de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano**, que se caracterizam por:

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Parágrafo único. É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber.

[...]

Art. 86. As instituições de educação superior constituídas como universidades integrar-se-ão, também, na sua condição de instituições **de pesquisa**, ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, nos termos da legislação específica. (Lei de Diretrizes de Base, BRASIL, 1997).

Assim, com base no conceito sociológico de instituição, a identidade do Setor Litoral é derivada do papel social que ele ocupa na sociedade (educação): **formar profissionais, dominar e cultivar saberes humano** (disseminar) e **pesquisar** (estudo sistemático científico e cultural). Papéis relacionados ao *Ensino, Extensão e Pesquisa*, sem dissolução.

A Universidade Federal do Paraná, a qual o Setor Litoral integra, também se caracteriza como uma instituição pública, ou seja, uma instituição mantida e desenvolvida com recursos da União, identidade não assegurada pela Constituição Federal do Brasil de 1988 (Art. 207). A CF assegura a autonomia didático-científica das universidades.

As identidades não são fixas, tampouco as instituições, por mais que estejam asseguradas constitucionalmente. São as relações sociais que as moldam e as reproduzem, assim, também são abandonadas ou as transformadas. O Setor Litoral, nos seus primeiros anos de existência, parece ter sido marcado por uma identidade extensionista, e hoje (2021) parece estar passando por um momento de transição, marcado pela *Pesquisa*. Importa é estar atento aos movimentos exógenos, até mesmo o de capitais internacionais, que reivindicam a gestão das instituições públicas, entre elas a da educação, para a gestão do Poder Privado, sob diferentes argumentos, entre eles: o da (in)eficiência econômica das instituições públicas, as quais são mantidas com recursos decorrentes de tributações sobre a renda agregada no setor produtivo (tributação sobre salários, lucros, aluguéis, juros) e a renda acumulada no setor das

famílias. A reivindicação parece justa para aqueles que são limitados de “consumir” parte do produto de seu trabalho, ao serem tributados, para que o governo decida onde “gastar”.

As identidades investigadas pelo papel social das instituições se distanciam daquelas resultantes dos olhares individuais daqueles que participaram das discussões iniciais. Certo é que o Setor Litoral é uma instituição de educação superior, norteadas pela indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão, pública, e a esta identidade que deve preponderar para a condução das ações, evitando que um bem público possa responder a interesses individuais, inclusive internos.

### **O Ensino, Pesquisa e Extensão no Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral**

No Brasil, assim como em vários outros países da América Latina, num movimento global, a partir dos anos 90, ampliam o número de instituições e vagas de educação superior. Estas voltadas à formação dos indivíduos para inserção social em uma sociedade organizada a partir da divisão social e internacional do trabalho. Social, pela valorização e universalização da educação superior, para responder a Internacional, marcada pela abertura comercial. Foi neste contexto que o *Ensino, Pesquisa e Extensão*, passam a integrar a Constituição de 1988 e a LDB de 1997, os quais identificam a instituição universidade. Destaca-se que nem todas as instituições de educação superior devem responder a este tripé. É neste contexto de sociedade complexa que o Setor Litoral da UFPR assume múltiplas identidades, que as estrutura e as fundamenta.

Impossível seria discutir *Ensino, Pesquisa e Extensão*, tendo universidade como instituição, a formação individual (discente) como fim e a transmissão, disseminação e produção do conhecimento humano, sem antes refletir como esses são abordados ou se que são abordados no Projeto Político Pedagógico (PPP) do Setor Litoral. O PPP do Setor Litoral foi discutido como (des)conhecido e como prática de ação docente, e por que não dizer que foi avaliado ou serviu de avaliação **da ação docente** pelos integrantes do Grupo de Trabalho.

Sobre o PPP do Setor Litoral vale destacar que este segue uma epistemologia crítica a da educação baseada no *Ensino, Pesquisa e Extensão*, propondo a aprendizagem articulada por Projetos de Aprendizagem (PA):

A concepção do processo educativo fundado na realidade social provoca a organização de um currículo flexível, de forma articulada e com múltiplas relações. Rompe com a concepção disciplinar e fragmentada para trabalhar com espaços de formação que têm como principal articulador os projetos de

aprendizagens, originados na realidade concreta do meio em que estão inseridos. Esses projetos possibilitam o diálogo com os fundamentos teórico-práticos, que empiricamente já os constituem. Esse diálogo se expande ao abarcar as interações culturais e humanísticas que se apresentam como espaços para a troca com pessoas da comunidade externa, de outros cursos, de outras realidades e também como possibilidade de síntese e reflexão de sua formação e de seu papel social. Dialeticamente, aqui também se fazem presentes e dialogam entre si, os projetos e os fundamentos teórico-práticos. Portanto, o currículo contempla em seus espaços a educação como totalidade, **objetivando superar a proposta fragmentária, da pesquisa, do ensino e da extensão** (PPP, 2008, p. 11 – Grifo nosso).

Com poucas referências que faz sobre *Ensino, Pesquisa e Extensão* (seis vezes) ele é por vezes contraditório:

A concepção de educação emana da compreensão do papel social da Universidade junto à sociedade. Portanto, além da intencionalidade das atuais políticas públicas de interiorizar a educação superior, a **UFPR Litoral tem o direito e o dever de explicitar a compreensão fundante de seu processo educativo, ou seja, uma formação e uma práxis assentada no princípio epistemológico da unicidade do ensino, pesquisa e extensão** (PPP, 2008, p. 10 – Grifo nosso).

[...]

A intenção do processo educativo é o desenvolvimento integral, não apenas no aspecto cognitivo, mas também nos aspectos afetivos e sociais, em uma perspectiva emancipatória e de protagonismo de seus sujeitos e de suas coletividades. O papel dos conteúdos e tempos está intrinsecamente conectado com a participação dos indivíduos como sujeitos de processos culturais, econômicos e acadêmicos da sociedade e das instituições de educação. **O grau de direção se restringe em criar as condições para que se operem as interações nos diferentes espaços curriculares e em sustentar o papel da crítica e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.** (PPP, 2008, p. 11 – Grifo nosso).

[...]

Nos Projetos de Aprendizagem **o estudante desenvolve projetos acadêmicos que envolvem o tripé do ensino superior ‘ensino-pesquisa-extensão’**, de forma comprometida com a comunidade do litoral paranaense. (PPP, 2008, p. 32 – Grifo nosso).

As contradições no PPP podem estar relacionadas às ocorrências no *Ensino*, na *Pesquisa* e na *Extensão* desde a implantação do Setor até a finalização do PPP, essas influenciadas pela forma (quem, como e por que) este foi concebido.

O Setor Litoral teve suas práticas pedagógicas no *Ensino* iniciadas em agosto 2005 por meio dos cursos de: Fisioterapia (2005-2011), Gestão Ambiental (2005-2018), Técnico em Agroecologia (2005-2007), Técnico em transações/Gestão Imobiliária (2005-2008), Técnico em Hotelaria (2005) e Técnico em Enfermagem (2005-2008). Em setembro de 2008, quando o PPP foi “concluído”, o Setor já contava com mais oito cursos: Técnico Orientador Comunitário integrado com Ensino Médio (2007-2009), Técnico em Turismo e Hospitalidade (2006-2008 - Técnico em Hotelaria (2005 – uma única turma), Tecnólogo em Agroecologia (2008), Serviço Social (2006), Gestão e

Empreendedorismo (2006), Artes (2008), Ciências (2008), Gestão Pública (2008-2016). Em 2008, a *Extensão* já estava presente nas ações do Setor por meio de projetos financiados em Editais pela SETI e a Pesquisa já havia sendo iniciada timidamente em 2007 por meio de projetos financiados nos Editais internos do PIBIC. Salienta-se que pós-graduação *stricto sensu* (iniciada em 2014) era abertamente cerceada.

Os novos cursos, bem como o PPP, eram discutidos em reuniões (exaustivas) com mais de quatro horas diárias semanalmente, das quais participavam todos os servidores do Setor (obrigatório), abertas a discentes e comunidade externa. Vale registrar que no Setor se vivenciava fortes pressões e conflitos, com a demanda de remoção de servidores concursados.

Em agosto de 2008 já eram 12 cursos criados pelo Conselho Universitário – COUN com ingresso, porém sem Projetos Políticos de Cursos registrados junto a Pró Reitoria de Graduação e Educação Profissional – PROGRAD e sem matriz curricular aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE e com egressos, o que contribuiu para a elaboração do PPP.

Na busca de promover uma educação emancipatória e protagonista para os sujeitos (discentes) a proposta pedagógica busca apresentar um diferencial centrado na aprendizagem em dois grandes pilares fundamentam a educação por projetos “que permite que o estudante construa o conhecimento, integrado com diversas áreas do conhecimento” (PPP, 2008, p. 29): as Fases e os Eixos de Aprendizagem.

As Fases de Aprendizagem, que respondem aos diferentes tempos de aprendizagem na formação discente, as quais deveriam ser observadas na elaboração da proposta curricular e norteadoras dos Planos de Aprendizagem nos Eixos de Aprendizagem. As Fases de Aprendizagem: I – Conhecer e compreender, II – Compreender e propor e III - Propor e agir. A Fase I deveria ser planejada para o primeiro ano, a II para os dois anos intermediários para os cursos de quatro anos e um ano para os cursos de três anos, e a III para o último ano.

A existência das Fases justificaria a não existência de pré-requisitos aos módulos, como ocorrem em outras pedagogias por meio de disciplinas. As Fases orientariam o planejamento nos Eixos de Aprendizagem. Dos 14 Cursos do Setor Litoral em abril de 2021, cinco não consideraram as Fases de aprendizado em suas grades curriculares: Administração Pública (2017), Educação Física (2015), Tecnólogo em Gestão Imobiliária (2016 novo currículo), Linguagem e Comunicação (2009) e Saúde Coletiva (2013). Destaca-se que os cursos de: Administração Pública (antes

Gestão Pública) e Gestão Imobiliária foram criados antes da aprovação do PPP; e Linguagem e Comunicação foi criado sob a gestão da mesma direção dos cursos criados anteriormente.

Para aqueles cursos que contemplam as Fases em seus projetos políticos pedagógicos ou matriz curricular as limitações podem estar no planejamento ou na prática: os Planos de Ensino (Ficha 2) que substituíram os Planos de Aprendizagem e não contemplam espaços para indicar as Fases, podendo ser facilmente esquecidas no planejamento dos módulos; a disponibilidade de docentes (número absoluto e/ou formação, considerando os afastamentos: licença capacitação, licença para interesse particular e férias – independente da lotação destes em Câmaras ou na Direção como no início e hoje em 2021) que acarreta na oferta de módulos independente das Fases de Aprendizagem previstas na matriz curricular.

Os Eixos de Aprendizagem subdividem-se em: Fundamentos Teórico-Práticos (FTPs), Interações Culturais Humanísticas (ICHs) e Projeto de Aprendizagem (PA). Os FTPs são espaços de aprendizagem reservados ao diálogo dos conhecimentos específicos de cada curso (área de formação pretendida pelo discente); as ICHs, espaços de diálogos de saberes relacionados às temáticas de interesse dos docentes, discentes e comunidade, independente da área de formação do discente e das Fases de Aprendizagem; e o PA, que pela sua natureza apresenta maior aderência as Fases, é destinado a proposição do conhecimento a partir da vivência do discente de forma autônoma antecipando o seu exercício profissional, sendo o docente um mediador - no Curso de Ciência as Fases estão implícitas neste (PPC, 2014).

Os Eixos de Aprendizagem são mencionados nas matrizes curriculares ou PPC de todos Cursos do Setor, com carga horária que varia das ICHs variam entre 360 a 480 se tecnólogo ou bacharelado/licenciatura, respectivamente, com exceção da Lecamp com 640 horas. O PA apresenta maior variação entre os cursos: Artes com 420 e Educação Física com menor carga horária em relação as demais cursos da mesma modalidade. Destaca-se nos FTPs dos cursos, a oferta de módulos optativos em dois das cinco licenciaturas (Artes e Educação Física), em todos os cursos de bacharelado, neste com destaca as Ciências Ambientais onde é possível cursas mesmo obrigatórias em outros cursos (a origem das FTPs seria para ser destinada à formação no campo) e Administração Pública com uma carga horária em optativas superior a 40% dos conteúdos obrigatórios, e dois dos tecnólogos (Agroecologia e Gestão do Turismo). As FTPs também estão sendo ofertadas na modalidade Ensino a Distância (EAD) nos

cursos de Administração Pública e Agroecologia e em Campo na Geografia, Ciências Ambientais e Agroecologia.

Para além dos Eixos de Aprendizagem previstos no PPP do Setor Litoral alguns cursos contabilizam cargas horárias suplementares, denominadas Estágio Obrigatório e Atividades Formativas Complementares, estas não utilizando carga horária no turno do curso, com exceção Saúde Coletiva. O Estágio Obrigatório só não está presente em quatro cursos: Ciências Ambientais, Gestão e Empreendedorismo, Agroecologia e Gestão do Turismo. Nas licenciaturas, a carga horária do Estágio varia entre 400 a 420 horas; nas graduações entre 240 a 460 horas, e no tecnólogo de Gestão Imobiliária 90 horas. As Atividades Formativas Complementares são obrigatórias em todos os cursos. Nos cursos de licenciaturas quase todos exigem 200 horas das Atividades Formativas Complementares, com exceção de Ciência que exige 300 horas. Já nos cursos de Bacharelado e Tecnólogos estas não apresentam nenhum padrão. No Bacharelado, estas variam entre 100 a 240 horas e nos Tecnólogos entre 60 a 390 horas. Salienta-se que a maior carga exigida nas Atividades Formativas Complementares é a do curso de Agroecologia.

Chama à atenção a variação do total da carga horária exigido para integralização dos cursos: de Licenciatura, que variam entre 2.900 a 3.400 horas; de Bacharelado, com quatro cursos com 3.000 horas e um com 3.250 e de Tecnologia, que variam entre 1.860 a 2.400. Considerando que as matrizes curriculares das duas primeiras modalidades são desenhadas para integralizar em quatro anos e da última em três anos, algumas cargas horárias parecem ultrapassar a carga horária possível de integralizar no turno anunciado, porém essa carga horária maior para a Agroecologia esta previsto nos Cadernos do Mec.

Para além dos Eixos de Aprendizagem, Estágios e AFC, alguns cursos contemplam atividades relacionadas à *Pesquisa* e à *Extensão* com carga horária suplementar: a *Extensão* no curso de Artes é enunciada com 320 horas; os Projetos Finais no Curso de Gestão e Empreendedorismo aparece com 360 horas; e os projetos de Conclusão de Curso (TCC) na Lecampo (160 horas), na Educação Física (200 horas), Saúde Coletiva (60 horas) e Serviço Social (120 horas). Considerando que são horas suplementares, estas podem ser consideradas com horas destinadas a *Pesquisa e Extensão* realizadas nos cursos (Quadro 1).

Quadro 1. Distribuição da Carga Horária nos Eixos de Aprendizagens, Atividades Complementares e Estágio dos Cursos do Setor Litoral

Curso	FTPs obr/opt/	ICHs	PA	TotalFTPs+ICHs+PA	Diferença tempo sala	Extensão/TCC/Projetos Finais	AFC	Estágio	Total
Artes (Res 31/19)	1.200/150	480	420	2.570	Falta 90 FTP 60 PA	320 Extensão	210	420	3.200
Ciências (PPC 2014 – não tem Resolução na página)	1.350	480	480	2.310	Falta 90 FTP		300	420	3.030
Lecampo (PPC 2012 – não tem resolução na página)	1.520	640	480	2.640	Excede 80 FTP e 160 ICH	160 TCC	200	400	3.400
Educação Física (Resolução 22/2017)	1.440/120	480	360	2.400	Excede 120 FTP falta 120 PA	200 TCC	200	400	3.200
Geografia (PPC 2015 – não tem resolução na página)	1.650	480	480	2.610	Excede 200 FTP		200	420	3.230
Linguagem e Comunicação (Matriz curricular – não tem resolução nem ppc na página)	1.140/180	480	480	2.280	Falta 120 FTP		200	420	2.900
Administração Pública (Res. 14/16)	840/840	480	480	2.640	Excede FTP 240 EAD		120	240	3.000
Ciências Ambientais (Res 31/18)	1440	480	480	2.640	Excede 360 FTP	180 +180 FCC opta outros curso ou no curso	240		3.000
Gestão e Empreendedorismo (Não tem Resolução)	1.365/150	480	480	2.535	Excede 75 FTP	360 Projetos	165		3.000
Saúde Coletiva (Res. 12/15)	1710/120	480	480	2.790	Excede 390 FTP	60 TCC	100	300	3.250
Serviço Social (Res. 21/15)	1.200/60	480	480	2.220	Falta 180 FTP	120 TCC	210	450	3.000
Agroecologia (Res. 09/2015)	1.050/30	360	360	1.800	Excede 180 EAD		390		2.400
Gestão do Turismo (Res. 03/2019)	1.020/60	360	360	1.800			60		1.860
Gestão Imobiliária (Res. 27/2015)	1.080/60	360	360	1.800	Excede 60 FTP		60	90	2.010

Outros cursos também consideram TCC em seus PPCs, porém com cargas horárias deduzidas do PA. No caso dos cursos de Artes e de Administração Pública, o PA é nomeado – estudo dirigido desde o primeiro semestre até o último, alguns nomeados de TCC. No curso de Linguagem e Comunicação os dois primeiros semestres do PA são dirigidos e os dois últimos também denominados de TCC I e II, e no curso de Gestão e Empreendedorismo, os dois últimos semestres do PA estes são denominados de Diagnóstico e de Consultoria, respectivamente. A exceção que não mencionam TCC nos dois últimos semestres de PA nos cursos de Literatura fica por conta das Ciências; nos Bacharelados, fica por conta da Saúde Coletiva e do Serviço Social, e nos Tecnólogos, por conta da Agroecologia (Quadro 2).

Quadro 2. Cargas horárias dos Projetos Aprendizagens denominadas nas Matriz Curricular dos Cursos do Setor Litoral

Curso	Semestre I	Semestre II	Semestre III	Semestre IV	Semestre V	Semestre VI	Semestre VII	Semestre VIII
Artes	Metodologia de Pesquisa	Metodologia de Pesquisa	Artista Pesquisador	Pesquisador, Artista e Educador	Pesquisador, Artista e Educador	Pesquisador, Artista e Educador (Trabalho de Conclusão do PA)	TCCI	TCCII (Trabalho de Conclusão de Curso)
Ciências								
Lecampo							TCC	TCC
Educação Física							TCC I	TCC II
Geografia (não apresenta quando)							TCC	TCC
Linguagem e comunicação	Estudos Universitários I	Estudos Universitários II					TCC I	TCC II
Administração Pública	Desenvolvimento Regional	Técnicas de Estudo e Pesquisa	Estudo por Projetos I	Estudo por Projetos II	Estudo por Projetos III	Elaboração de Projetos de TCC	TCC I	TCC II
Ciências Ambientais	I	II	III	IV	V	TCC I	TCC II	TCC III
Gestão e Empreendedorismo	01	02	03	04	05	06	07 Diagnóstico	08 Consultoria
Saúde Coletiva								
Serviço Social								
Agroecologia								
Gestão do Turismo					TCC	TCC		
Gestão Imobiliária						TCC		

OBS: os espaços em branco referem-se a nomenclatura PA.

Os Quadros 1 e 2 sintetizam a aderência dos Cursos ao PPP do Setor, bem como apresentam os espaços suplementares de aprendizagem de cada um, entre eles a *Extensão e a Pesquisa*.

Desde a criação do Setor Litoral cursos foram criados, cursos sofreram ajustes curriculares, cursos fecharam e cursos se transformaram. Em agosto 2014 não ocorreu ingresso no pelo processo seletivo de vestibular, dado que este passou a integrar o processo único da UFPR com ingresso em março, período em que ocorreu ajuste curricular em todos os cursos (No anexo 1 consta um quadro do número de candidatos inscritos nos processos seletivos vestibular no período de 2005 a 2018). Poucos são os cursos que ainda não foram avaliados pela equipe de docentes dos Núcleos Estruturantes (Quadro 3).

Quadro 3. Primeiro Ingresso, ajustes e/ou mudanças curriculares dos cursos atuais do Setor Litoral

<b>Curso</b>	<b>Primeiro Ingresso</b>	<b>Ajuste/Mudança Curricular</b>
Artes	2008	PPC 2015 PPC2020
Ciências	2008	PPC 2014 PPC 2019
Lecampo	2015	PPC 2012
Educação Física	Gestão Desportiva e Lazer 2009 PPC 2015	Resolução 12/2014 Resolução 22/2017
Geografia	2017 PPC 2015	
Linguagem e comunicação	2009	PPC 2011 Resolução 49/2011 PPC 2014 PPC 2012
Administração Pública	Gestão Pública 2008 Resolução COUN 17/2016	Resolução 23/2011 Portaria 111/2015 Resolução 16/2015 Resolução 14/16
Ciências Ambientais	Gestão Ambiental 2005 PPC 2017	Portaria 259/2018 Resolução 31/2018
Gestão e Empreendedorismo	2006	PPC 2015
Saúde Coletiva	2009 PPC2014 Resolução 12/2015	
Serviço Social	2006	PPC 2010 Resolução 47/2010 PPC 2014 Resolução 021/15
Agroecologia	(2005 Técnico) 2008 PPC 2009 Portaria Prograd 102/2012	Resolução 16/2011 PPC2014 Resolução 09/2015 Portaria 008/2016 Portaria 28/2019
Gestão do Turismo	(2005 Técnico) 2009	PPC 2014 Resolução 03/15
Gestão Imobiliária	(2005 Técnico) 2009	PPC 2015

Para a criação, ajuste ou mudança de cursos, o PPP do Setor necessariamente deve ser (re)visitado periodicamente. Com base nas diferentes interpretações, expressas nas diferentes matrizes curriculares, é possível identificar que este é pouco discutido pelas câmaras pedagógicas, apontando a necessidade do PPP do Setor Litoral ser re(avaliado) por seus executores. Nas últimas “Semanas de Planejamento” do Setor, organizadas semestralmente, a avaliação do PPP do Setor foi apontada como necessidade urgente devido a sua complexidade. Os debates realizados no passado recente, especialmente com a participação dos docentes que integraram o Setor desde a implementação, apontam para realização de um processo de avaliação de forma coletiva, diante do cenário da educação superior pública no Brasil.

Não sendo objetivo, mas impossível não mencionar, sendo até um dos questionamentos para o Grupo pensar, se refere ao trabalho excedente dos docentes, o qual pode estar relacionado às horas-aulas excedentes nos FTPS, que podem ser repensadas nos futuros ajustes curriculares: Lecampo (80 horas); Educação Física (120 horas); Geografia (200 horas); Ciências (360 horas); Gestão e Empreendedorismo (75 horas); e Gestão Imobiliária (60 horas). A sobrecarga horária na matriz curricular em ICHs também é observada, porém apenas no curso da Lecampo (160 horas). Por outro lado, existem cursos com cargas horárias em FTPs e PA inferiores ao turno letivo em que ocorrem: Artes (90 e 60 horas, respectivamente); Educação Física (120 horas PA); Linguagem e Comunicação (120 horas FTPs); e Serviço Social (180 horas FTPs).

Na tentativa de apoiar um melhor planejamento nos ajustes curriculares, impossível é não observar com quantos executores cada curso pode contar (Quadro 4). Poucos, mas existente, alguns docentes que integram a lista de docentes permanentes dos Cursos, não sendo um bom indicativo, bem como há também alterações de movimentação de docentes que não estão atualizadas nas páginas dos cursos. A partir dos Quadros 1 e 4 é possível se chegar a uma média de carga horária didática por curso nos Eixos de Aprendizagem FTPS e ICHs, porém existem complexidades outras decorrentes as cargas horárias e obrigatoriedades de cargas horárias docente nos diferentes cursos: PA, TCC e Supervisão de Estágios Obrigatórios.

Quadro 3. Lista do Corpo docente por Curso

Continua

Curso	Corpo Docente	Colaborador
Artes	Alaor de Carvalho Ana Elisa de Castro Freitas Carla Beatriz Franco Ruschmann Dégora Regina Opolski Gisele Kliemann Giselly Brasil Luciana Ferreira Michele Louise Schiocchet	
Ciências	Ana Maria Franco <b>Christiano Nogueira</b> Emerson Joucoski Luiz Everson da Silva Luiz Fernando de Carli Lautert Rangel Angelotti Rodrigo Arantes Reis Suzana Cini F. Nicolodi Valentin da Silva	Valdo José Cavallet Patrícia Paula Schelp
Lecampo	Adalberto Penha de Paula Ândrea Francine Batista Andressa Kerecz Tavares (afastamento estudo) Claudemira Vieira Gusmão Lopes Denise Aparecida Lima Pereira <b>Ehrick Eduardo Martins Melzer</b> Gilberto da Silva Guizelin Gilson Walmor Dahamer Julio Cesar David Ferreira Lourival de Moraes Fidelis Marcelo Cunha Varella Maria Isabel Farias (afastamento estudo) Roberto Gonçalves Barbosa Vanessa Marion Andreoli Viviane Camejo Pereira	
Educação Física	Carlos Augusto Euzébio Evaldo José Ribeiro Junior Isabel Cristina Martines (afastamento estudo) Leoncio José de Almeida Reis Luciana Vieira Castilho Weinert Luis Eduardo Cunha Thomassim <b>Marcelo Silva da Silva (na página)</b> Palmira Sevegnani Wilson aparecido da Mata	Fabio de Carvalho Messa <b>Israel Montesuma Oliveira</b> <b>(substituto)</b>
Geografia	Rodrigo Rosi Mengarelli <b>Ehrick Eduardo Martins Melzes</b> André Essenfelder Borges Ângela Massumi Katuta Ione Maria Aschidamini	<b>Evandro Cardoso do Nascimento</b> <b>(substituto)</b> Luiz Fernando de Carli Lautert (colaborador) Luis Rogério Oliveira Silva (colaborador) Paulo Gaspar Graziola Junior (colaborador) Paulo Henrique Carneiro Marques (colaborador)

<b>Curso</b>	<b>Corpo Docente</b>	<b>Colaborador</b>
Linguagem e comunicação	Ana Josefina Ferrari Andréa Knabem Claudia Garcia Cavalcante Elisiani Vitoria Tiepolp Fábio de Carvalho Messa Geovana Gentili Santos <b>Jamil Cabral Sierra</b> Judson Gonçalves de Lima (afastamento) Patricia Paula Schelp	
Administração Pública	Augusto Junior Clemente Clóvis Wanzinack Daniela Resende Archanjo Elaine Cristina de Oliveira Menezes Ivan Jairo Junckes Mariana Bettega Braunert Mayra Taiza Sulzbach Neilor Fermino Camargo Rodrigo Rossi Horochovski	Cinthia Maria de Sena Abrahão (colaboradora) Marcio Hosoya Name (colaborador) Marcos Luiz Filippim (colaborador)
Ciências Ambientais	Antonio Luís Serbena Eduardo Harder Juliana Quadros Liliani Marília Tiepolo Luciano Fernandes Huergo Luiz Augusto Macedo Mestre Paulo Henrique Carneiro Marques Renato Bochicchio Valdir Frigo Denarin	Ana Elisa de Castro Freitas Andréa Maximo Espínola Daniel Gustavo Fleig Luiz Fernando de Carli Lautert Marcelo Chemin Marcelo Cunha Varella Rangel Angelotti Rodrigo Arantes dos Reis (colaboradores)
Gestão e Empreendedorismo	Cinthia Maria de Sena Abrahão Daniel Gustavo Fleig Elsi Rocio Cardoso Alano <b>José Lannes de Melo</b> Lucia helena Alencastro Cláudio Zancan Sandra Simm rohrich Thiago Henrique Moreira Goes	
Saúde Coletiva	Carla Daniele Straub Marcos Cláudio Signorelli Márgio Cezas Loss Klock Neilor Vanderlei Kleinübing Roberto Eduardo Bueno Ruann Oswaldo Carvalho Silva Suzane de Oliveira Taina Ribas Melo Vinício Oliveira da Silva	
Serviço Social	Adriana Lucinda de OliveiraAne Barbara Voidelo Antonio Sandro Schartz Giselle Ávila Leal de meirelles Jayson Azevedo Marsella de Almeida Pedrosa Vaz Guimarães Karla Ingrid Pinto Cuellar Leandro de Moraes da Silva Robson de Oliveira Silvana Maria Escorsim Silvana Marta Tumelero Vanessa Fiorini	

<b>Curso</b>	<b>Corpo Docente</b>	<b>Colaborador</b>
Agroecologia	Ana Christina Duarte Pires Cristiane Rocha Silva Diomar Augusto de Quadros Gabriela Schenato Bica Luiz Rogério Oliveira da Silva Manoel Flores Lesama Paulo Rogério Lopes Silvana Cássia Hoeller	Luciane Cristina de Gaspari (substituta)
Gestão do Turismo 3 anos	Augusto José Waszczynski Antunes das Neves Beatriz Leite Ferreira Cabral Elizabeth Sayuri Kashano José Pedro da Ros Luiz Ernesto Brambatti Marcelo Chemin Marcos Luiz Filippin	
Gestão Imobiliária	Andréa Maximo Espínola Christiano Nogueira Helena Midori Kashiwagi José Lannes de Melo Mauricio César Vitória Fagundes Paulo Eduardo Antelin Ricardo Rodrigues Monteiro Silma Cortes da Costa Battezzati Valverde Valdo José Cavallet	

Por fim, aproveita-se para destacar que as fases e Eixos de Aprendizagem, previstas e necessárias de avaliação no PPP, dependem de construções no coletivo (docentes e técnicos administrativos do Setor) tendo como fim a educação superior pública, identidade que deve ser reservada, se não ampliada, e não estimuladas pelas necessidades de atender as demandas individuais.

Para além das constatações inerentes as propostas pedagógicas, as práticas docentes divergem por diferentes fins:

- pela recusa do Projeto Pedagógico decorrente do desinteresse pedagógico e/ou posição política ideológica;
- pela falta de conhecimento e/ou de capacitação para compreender o PPP; e
- pela indisponibilidade de tempo de dedicação ao PPP, visto que para progressão docente é obrigatório o cumprimento de horas em *Extensão* ou *Pesquisa*, para além das atividades administrativas.

Nenhuma proposta Pedagógica será eficiente se não conhecida, aceita e praticada.

## **Reflexões sobre o Ensino, Pesquisa e Extensão (EPE) na Prática do Setor Litoral**

O tripé EPE, por não fazer parte do Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral, não propicia conhecimentos pedagógicos a serem assumidos pelos Docentes do Setor Litoral, os quais, sem rumo, se desmembram em Professores, Extensionistas ou Pesquisadores, e quando muito em duas das especialidades: Professor-Extensionista ou Professor-Pesquisador. O tripé EPE indissociável para a constituição de uma Universidade, no Setor, é exercida com fim à progressão funcional - individual do servidor público -.

Os Projetos Político Pedagógicos dos Cursos do Setor Litoral demonstram que a *Extensão* e a *Pesquisa* não dialogam com o *Ensino*. Assim, a defesa dos professores por um ou por outro eixo do que seria um tripé não pode fundamentar a indissociabilidade destes.

A defesa da *Extensão* ou da *Pesquisa* está longe de ter os discentes como fim do processo de geração ou disseminação do conhecimento com suas práticas: projetos isolados, com a participação de alguns, poucos, “discentes privilegiados” que dispõe de tempo no contra-turno do *Ensino*.

No nosso discurso docente do Setor Litoral falamos **o que** fazemos na *Extensão* ou na *Pesquisa*, bem como relatamos **como fazemos e articulamos com o** *Ensino*, contudo não dissemos como **TODOS os discentes**, nos diferentes cursos do Setor Litoral, os fazem, porque não fazem.

## **Propostas de Indissociabilidade do Ensino Pesquisa e Extensão na Prática sem alteração da matriz curricular**

### 1) Plano de Aprendizagem

**TODOS docentes** do Setor Litoral são detentores de conhecimentos teórico-práticos específicos, os quais são transmitidos durante o *Ensino*. Por que não propor metodologias de observação, avaliação, análise, entre outras, destes na realidade dos discentes - *Pesquisa*? Por que não propor metodologias de intervenção na realidade?

O modelo de Ficha 2 dos Módulos do Setor Litoral sofreria uma mudança e todos docentes a utilizariam. Nela se incorporaria de Programação de *Pesquisa* e de *Extensão*. Por meio desta TODOS docentes realizariam os três eixos do tripé possibilitando que a identidade Universidade se justifique enquanto instituição pública. Não estamos propondo justificar a Educação Superior, estamos propondo justificar a

Universidade, a partir da prática de diversos saberes, possibilitando TODOS DISCENTES praticarem uma Universidade.

Plano de Ensino que poderá ser adotado também na pós-graduação, respeitando-se as normativas dos regimentos dos Programas *stricto sensu* em Rede e as da UFPR.

### **Antes de terminar uma provocação**

Se o PPP é alternativo crítico ao Ensino, Pesquisa e Extensão, então:

- Por que estamos discutindo estes eixos?
- Por que os aplicamos em nossas práticas no Setor Litoral?
- Como estes eixos entraram em nossas práticas no Setor Litoral?
- Por que defendemos que nos identificamos como Extensionistas, será que somos?

Acreditamos que o Grupo deu conta destas reflexões acima.

### **Referências Bibliográficas**

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Disponível em: [http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/Res.-14-16-CEPE-elenco-de-disciplinas-administra%C3%A7%C3%A3o-p%C3%BAblica\\_Setor-Litoral.pdf](http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/Res.-14-16-CEPE-elenco-de-disciplinas-administra%C3%A7%C3%A3o-p%C3%BAblica_Setor-Litoral.pdf). Acessado em: 30 abril 2021.

ALTERNATIVAS PARA UMA NOVA EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2021/04/Projeto-do-Curso.pdf>. Acessado em: 30 abril 2021.

ARTES. *PPC 2020*. Disponível em: <http://www.litoral.ufpr.br/portal/artes/wp-content/uploads/sites/8/2020/02/PPC-de-Artes-2020.pdf>. Acessado em: 30 abril 2021.

ARTES. *Resolução nº 31/19- CEPE*. Disponível em: <http://www.litoral.ufpr.br/portal/artes/wp-content/uploads/sites/8/2019/12/Curr%C3%ADculo-2020.pdf>. Acessado em: 30 abril 2021.

ARTES. *PPC 2015*. Disponível em: <http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/04/Artes.pdf>. Acessado em: 30 abril 2021.

CIÊNCIAS AMBIENTAIS. *PPC*. Disponível em: <http://www.litoral.ufpr.br/portal/ambientais/ppc/>. Acessado em: 30 abril 2021.

EDUCAÇÃO FÍSICA. *Resolução CEPE 22/17*. Disponível em: <http://www.litoral.ufpr.br/portal/educacaofisica/wp->

[content/uploads/sites/4/2019/12/Licenciatura\\_Educa%C3%A7%C3%A3o\\_F%C3%ADsica\\_Litoral\\_Resolu%C3%A7%C3%A3o\\_CEPE\\_22\\_17.pdf](http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/sites/4/2019/12/Licenciatura_Educa%C3%A7%C3%A3o_F%C3%ADsica_Litoral_Resolu%C3%A7%C3%A3o_CEPE_22_17.pdf). Acessado em: 30 abril 2021.

ESPECIALIZAÇÃO EM QUESTÃO SOCIAL. Disponível em: <http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2019/12/PROJETO-QUEST%C3%83O-SOCIAL-2020.pdf>. Acessado em: 30 abril 2021.

GESTÃO DO TURISMO. *Resolução CEPE 03/15*. Disponível em: [http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/07923\\_cepe0315.pdf](http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/07923_cepe0315.pdf). Acessado em: 30 abril 2021.

GESTÃO E EMPREENDEDORISMO. *Matriz Curricular*. [http://www.litoral.ufpr.br/portal/gempreendedorismo/wp-content/uploads/sites/14/2019/06/Matriz\\_Curricular\\_Atualizada.pdf](http://www.litoral.ufpr.br/portal/gempreendedorismo/wp-content/uploads/sites/14/2019/06/Matriz_Curricular_Atualizada.pdf) Acesso em: 30 abril 2021

GESTÃO IMOBILIÁRIA. *PCC 2015*. <http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/PPC-Tecn-Gestao-Imobiliaria-2015-Aprovado-CEPE.pdf>. Acessado em: 30 abril 2021.

LICENCIATURA EM CIÊNCIAS. *PPC 2014*. Disponível em: <http://www.litoral.ufpr.br/portal/ciencias/wp-content/uploads/sites/9/2019/04/PPC-LicCiencias-2014-VERSAO-APROVADA-PELA-PROGRAD.pdf>. Acessado em: 30 abril 2021.

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO. *Matriz Curricular*. Disponível em: <http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/Matriz-curricular.pdf>. Acesso em: 30 abril 2021.

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO. *PPC 2012*. Disponível em: <http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/04/Educa%C3%A7%C3%A3o-do-Campo.pdf>. Acesso em: 30 abril 2021.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO. *PPC 2015*. Disponível em: [http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/PPC-LinCom-2015-Final-revisado-Jun\\_2016.pdf](http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/PPC-LinCom-2015-Final-revisado-Jun_2016.pdf). Acessado em: 30 abril 2021.

PPGDTS. *Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável*. Disponível em: [http://www.ppgdts.ufpr.br/?page\\_id=1546](http://www.ppgdts.ufpr.br/?page_id=1546). Acessado em: 30 de abril 2021.

PROFCIAMB. *Programa de Pós-graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais.* Disponível em: <http://www.proficiamb.ufpr.br/index.php/proficiamb/corpodocente/>. Acessado em: 30 abril 2021.

SERVIÇO SOCIAL. *Resolução CEPE 12/15.* Disponível em: <http://www.litoral.ufpr.br/portal/saudecoletiva/wp-content/uploads/sites/16/2019/02/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CEPE-12-15-digitalizada.pdf> Acesso em: 30 abril 2021.

UFPR LITORAL. *PPP 2008.* Disponível em: <http://www.litoral.ufpr.br/portal/cursos/graduacao/> . Acessado em: 30 abril 2021.

ANEXO 1 – NÚMERO DE CANDIDATOS INSCRITOS NOS PROCESSOS SELETIVOS VESTIBULAR DA UFPR LITORAL NO PERÍODO DE 2005 A 2018

<b>Categoria Inscrição</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>Total geral</b>
Administração Pública_Bacharelado												116	88	204
Agroecologia_Tecnologia				81	72	51	81	86	86	59	55	52	51	674
Artes_Licenciatura				101	87	71	106	107	141	115	69	101	65	963
Ciências_Licenciatura				57	70	64	68	83	97	32	37	55	37	600
Educação Física_Licenciatura										453	237	344	247	1281
Fisioterapia_Bacharelado	703	263	375	383	345	287	502							2858
Geografia_Licenciatura												68	51	119
Gestão Ambiental_Bacharelado	417	131	214	163	162	151	186	228	215	73	48	78		2066
Gestão de Turismo_Tecnologia					74	79	104	129	120	43	45	57	48	699
Gestão Desportiva e do Lazer_Bacharelado					127	69	64	120	79					459
Gestão e Empreendedorismo_Bacharelado		87	201	149	167	138	164	251	239	119	84	111	96	1806
Gestão Imobiliária_Tecnologia					59	60	87	105	75		27	31	25	469
Gestão Pública_Bacharelado				111	95	83	136	121	89	56	55			746
Informática e Cidadania_Bacharelado					152	67	94	80	81					474
Linguagem e Comunicação_Licenciatura					81	62	64	70	46	29	30	36	31	449
Orientação Comunitária_Tecnologia						20	58	35	27					140
Saúde Coletiva_Bacharelado					78	53	66	88	69	29	31	39	30	483
Serviço Social_Bacharelado		72	119	119	124	107	170	180	147	138	107	174	127	1584
Técnico em Agroecologia	79	32	41											152
Técnico em Enfermagem	256	119	165	191										731
Técnico em Transações Imobiliárias/Técnico em Gestão Imobiliária	113	40	52	68										273
Técnico em Hotelaria	189													189
Técnico em Turismo e Hospitalidade		65	88	71										224
Técnico Orientador Comunitário integrado com Ensino Médio		28	61	117	83									289
<b>Total geral</b>	<b>1757</b>	<b>837</b>	<b>1316</b>	<b>1611</b>	<b>1776</b>	<b>1362</b>	<b>1950</b>	<b>1683</b>	<b>1511</b>	<b>1146</b>	<b>825</b>	<b>1262</b>	<b>896</b>	<b>17932</b>

FONTE: Núcleo de Concursos/UFPR.